



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2009

PROVA OBJETIVA

PROVA

1

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – CONTROLE EXTERNO

Instruções:

1. Guarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas.
2. Assim que receber o cartão-resposta confira seus dados: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu.
3. Assine seu cartão-resposta.
4. O cartão-resposta não será substituído. As marcações duplas ou rasuradas serão anuladas.
5. O candidato que, eventualmente, necessitar corrigir algum dado constante da ficha de inscrição, na capa da prova discursiva ou no cartão-resposta, ou ainda fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, deverá efetuá-la na ata existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala.
6. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
7. As provas serão realizadas, com duração máxima de **04** horas, incluído o tempo para a realização da prova objetiva, o preenchimento do cartão-resposta e a realização da prova discursiva, para os cargos em que há esta exigência.
8. O candidato só poderá se ausentar da sala de provas depois de **01 hora** do início das mesmas.
9. O candidato somente poderá levar o caderno de provas após **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do seu início.
10. O candidato que optar por não aguardar o tempo necessário para levar o caderno de prova poderá levar o rascunho do cartão-resposta, respeitado o tempo estabelecido no item **8**.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta e a prova discursiva, preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.
12. Os três últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta e a prova discursiva, assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

QUESTÕES – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – CONTROLE EXTERNO

01. Com base no enunciado abaixo, assinale a alternativa incorreta.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- b) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.
- c) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- d) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

02. Com relação aos sistemas de controle na Administração Pública Brasileira, observe as afirmativas abaixo:

I- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II- As normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 (art. 70 a 75), no tocante à matéria em menção, não devem ser observadas na organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, devendo estes últimos, atentarem somente a resoluções próprias.

III- Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

IV- Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, que tem como uma de suas finalidades, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assinale a alternativa correta.

- a) Há apenas uma afirmativa correta.
- b) Há duas afirmativas corretas.
- c) Há três afirmativas corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

03. No que tange às atribuições e funções dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. O controle externo da Câmara Municipal será sempre exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.
- b) Compete exclusivamente aos Tribunais de Contas dos Estados fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- c) No Brasil, a titularidade do controle externo é exclusiva do Tribunal de Contas da União.
- d) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

04. A Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, estabelece a necessidade da identificação de receitas provenientes de órgãos pertencentes ao mesmo orçamento. Essas têm a mesma função da receita original e não constituem novas categorias econômicas. Tais receitas são conhecidas como:

- a) Extraorçamentárias.
- b) Intraorçamentárias.
- c) Orçamentárias não efetivas.
- d) Orçamentárias não vinculadas.

05. Observe a seguinte discriminação da natureza de uma despesa: 3.3.3.90.39.18.

Os dois últimos dígitos (18) referem-se à (ao):

- a) Elemento da despesa.
- b) Subelemento da despesa.
- c) Modalidade de aplicação da despesa.
- d) Grupo da despesa.

06. O suprimento de fundos é um instrumento de exceção que, a critério do ordenador de despesas e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido a servidor para a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Com relação ao regime de adiantamento mencionado, é incorreto afirmar que:

- a) deve sempre ser precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar.
- b) não será concedido a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.
- c) é utilizado para atender a despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais que não exijam pronto pagamento.
- d) não poderá ser concedido a servidor que tenha a seu cargo e guarda ou a utilização do material a

adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

07. As operações de crédito por antecipação de receita (AROs) destinam-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. A respeito dessas operações, assinale a alternativa incorreta.

- a) Somente podem ser realizadas a partir do décimo dia do início do exercício.
- b) Quando realizadas por Estados ou Municípios, serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
- c) São proibidas no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- d) Deverão ser liquidadas, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

08. Com relação aos sistemas de contas na Administração Pública, correlacione os itens a seguir e indique a alternativa que apresenta a sequência correta.

I- São efetuados os registros dos valores que direta ou indiretamente possam vir a afetar o patrimônio.

II- Controla todas as receitas e despesas movimentadas pelo Estado, em decorrência da Lei Orçamentária.

III- Encerramento das contas, ao final de cada exercício financeiro, e transferência do resultado para o sistema patrimonial.

IV- Registro de bens, direitos e obrigações que não estejam relacionados com a movimentação financeira.

- () Sistema Patrimonial.
- () Sistema Financeiro.
- () Sistema Compensado.
- () Sistema Orçamentário.

- a) IV, III, I e II.
- b) III, IV, II e I.
- c) IV, II, III e I.
- d) II, III, IV e I.

09. A cobrança da dívida ativa e as transferências financeiras concedidas para pagamento de restos a pagar são, respectivamente:

- a) variações ativas orçamentárias e variações passivas orçamentárias.
- b) variações passivas orçamentárias e variações passivas extraorçamentárias.
- c) variações ativas extraorçamentárias e variações passivas extraorçamentárias
- d) variações passivas extraorçamentárias e variações ativas extraorçamentárias.

10. O Título VII da Lei 4.320/64 estabelece normas a respeito dos Fundos Especiais. Com relação a tal matéria, marque a alternativa que não lhe é condizente.

a) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

b) A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

c) Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

d) A aplicação das receitas vinculadas desses fundos poderá ser realizada independente de dotação consignada na Lei do Orçamento ou em créditos adicionais, por se tratarem de receitas extraorçamentárias.

11. A Constituição Federal prevê que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Sobre o plano plurianual é correto dizer que:

a) é um instrumento que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) institui o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) a lei que o instituir estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) compreende o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

12. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter:

- a) contributivo e solidário.
- b) individual e determinante.
- c) subsidiário e prescritivo.
- d) equitativo e isonômico.

13. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, regida pela Lei nº 10.520/2002. No tocante a este tema é correto afirmar que:

a) exige-se a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.

b) o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

c) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.

d) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

14. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvado(s):

a) os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

b) o caso de pessoa na qualidade de segurado facultativo, participante de regime próprio de previdência.

c) o caso de pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

d) os casos de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

15. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de:

a) pregão presencial, pois a aquisição de bens e serviços comuns é apenas facultativa.

b) concorrência, desde que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

c) tomada de preços, desde que comprove as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

d) concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

16. Segundo a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

a) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

b) por cada uma das Casas Legislativas, auxiliadas pelos Tribunais de Contas dos Estados.

c) pelo Senado Federal que realizará tanto o controle externo como o controle interno.

d) pela Câmara dos Deputados, mediante controle interno, e pelo Senado Federal mediante controle externo.

17. Verifique as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

II - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado somente por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

III - Conceder-se-á *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

IV - Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos princípios fundamentais da Constituição Federal e dos direitos relacionados à Organização Política do Estado.

a) somente a proposição I está correta.

b) as proposições I e III estão corretas.

c) as proposições II e IV estão corretas.

d) todas as proposições corretas.

18. Verifique as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da pessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

II – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações, devendo protocolar o pedido até 8 (oito) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

III - O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quarenta e cinco dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

IV - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência, de convite e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas

modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

- a) somente a proposição IV está correta.
- b) as proposições I e III estão corretas.
- c) somente a proposição III está correta.
- d) todas as proposições estão corretas.

19. Verifique as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

II - É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

III - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, salvo se se tratarem de autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

IV - Medida provisória determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

- a) as proposições I, II, III e IV estão incorretas.
- b) apenas a proposição I está correta.
- c) as proposições II e III estão corretas.
- d) a proposição IV está correta.

20. Verifique as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

II - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

III - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

IV - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

- a) somente a proposição I está correta.
- b) somente as proposições I e II estão corretas.
- c) somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) todas estão corretas.

21. Veja a charge abaixo:



<http://www.acharge.com.br/doano.htm> - acesso em 03.06.2009

Assinale a alternativa que está de acordo com a situação mostrada na charge acima:

- a) Segundo a charge, a gripe suína e o porco representado pelo deputado é o que fazem o homem pedir à mulher uma máscara, para não ser contaminado. O sentido duplo não vem do fato de se acreditar que a gripe suína venha do contato com suínos e que assim como esse novo vírus se dissemina facilmente, a falta de pudor e moral dos políticos talvez não seja facilmente disseminada para quem tem contato direto e sem proteção com eles.
- b) Segundo a charge, a gripe suína e o porco representado pelo deputado é o que fazem o homem pedir à mulher uma máscara, para não ser contaminado. O sentido duplo vem do fato de não se acreditar que a gripe suína venha do contato com suínos e que assim como esse novo vírus se dissemina facilmente, a falta de pudor e moral dos políticos também não é facilmente disseminada para quem tem contato direto e sem proteção com eles.
- c) Segundo a charge, a gripe suína e o porco representado pelo deputado é o que fazem o homem pedir à mulher uma máscara, para ser contaminado. O sentido duplo vem do fato de se acreditar que a gripe suína não venha do contato com suínos e que assim como esse novo vírus se dissemina facilmente, a falta de pudor e moral dos políticos talvez seja facilmente disseminada para quem tem contato direto e sem proteção com eles.
- d) Segundo a charge, a gripe suína e o porco representado pelo deputado é o que fazem o homem pedir à mulher uma máscara, para não ser contaminado. O sentido duplo vem do fato de se

acreditar que a gripe suína venha do contato com suínos e que assim como esse novo vírus se dissemina facilmente, a falta de pudor e moral dos políticos também é facilmente disseminada para quem tem contato direto e sem proteção com os mesmos.

22. Leia o excerto da Constituição Estadual de Goiás abaixo:

PREÂMBULO

Sob a proteção de Deus e em nome do povo goiano, nós, Deputados Estaduais, investidos de Poder Constituinte, fiéis às tradições históricas e aos anseios de nosso povo, comprometidos com os ideais democráticos, respeitando os direitos fundamentais da pessoa humana, buscando definir e limitar a ação do Estado em seu papel de construir uma sociedade livre, justa e pluralista, aprovamos e promulgamos a presente Constituição do Estado de Goiás.

Assinale a assertiva correta sobre o texto acima citado.

- a) As leis já publicadas trazem em seu corpo o preâmbulo, localizado entre a ementa e o artigo inicial da norma. A aposição do preâmbulo acontece no ato da proposição do projeto de lei, não durante a sua fase de promulgação.
- b) “Nós” e “Deputados Estaduais” são sujeitos do verbo investir, que nesse caso representa uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de participio.
- c) As leis já publicadas trazem em seu corpo o preâmbulo, localizado entre a ementa e o artigo inicial da norma. Porém, a aposição do preâmbulo não acontece no ato da proposição do projeto de lei e, sim, durante a sua fase de promulgação.
- d) O termo “Sob a proteção de Deus e em nome do povo goiano” é o sujeito do preâmbulo da Constituição Estadual de Goiás.

23. Veja a charge abaixo:



<http://www.acharge.com.br/index.htm> - acesso em 01.06.2009

Agora marque a alternativa que julgar correta:

- a) A charge consiste em afirmar que ao se falar em terceiro mandato, o Presidente da República estaria apoiando a primeira-dama Marisa Letícia para a corrida presidencial, a exemplo do que ocorreu na Argentina.
- b) A charge insinua que Luís Inácio Lula da Silva, atual Presidente da República, já em seu segundo mandato, gostaria que fosse aprovado pelo Congresso Nacional o projeto que possibilita seu terceiro mandato.
- c) A charge consiste em afirmar que ao se falar em terceiro mandato, o Presidente da República estaria apoiando a atual chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para a corrida presidencial, a exemplo do que ocorreu na Argentina.
- d) A charge insinua que Lula tem evitado iniciar o debate sobre a "re-eleição", porque teme ser associado ao presidente venezuelano, Hugo Chavez.

24. Quanto ao emprego das siglas no corpo da redação de textos oficiais e normativos:

- I – a primeira referência deve trazer o nome completo do órgão, imposto ou locução própria, seguido da sigla entre travessões ou parênteses.
- II – não se coloca ponto abreviativo entre as letras das siglas, porém o ponto abreviativo deve aparecer no final das mesmas.
- III – a sigla pode ser pluralizada com o acréscimo de um s minúsculo após a sigla, mas nunca pela duplicação das letras que a compõem.

Assinale a assertiva que contém a resposta correta

- a) II e III são falsas.
- b) I e II são verdadeiras.
- c) I e III são falsas.
- d) II e III são verdadeiras.

Veja o texto a seguir para responder às questões de número 25 e 26.

Air France diz que recebeu ameaça falsa de

bomba no dia 27

Empresa recebeu telefonema anônimo sobre voo que ia de Buenos Aires a Paris e checkou que era alarme falso

1.A Air France informou nesta quarta-feira, 3, que a companhia aérea recebeu uma ameaça de bomba no 2.último dia 27 de um voo que seguia de Buenos Aires para Paris. Após checagem, segundo o porta-voz da 3.empresa, Nicolas Petteau, o aviso ficou provado que era falso e o avião pode seguir seu destino.

4.Petteau contou que uma agência em Buenos Aires recebeu um telefonema anônimo avisando que o Voo 415 5.teria uma bomba. O Boeing 777 da companhia aérea, ainda de acordo com o porta-voz, foi vistoriado pelo 6.serviço de segurança, que não

achou nenhum explosivo no seu interior. Em seguida, o avião foi autorizado a deixar a capital argentina.

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades.air-france-diz-que-recebeu-ameaca-falsa-de-bomba-no-dia-27.381630.0.htm>

acesso em 03.06.2009

25. Assinale a alternativa correta.

- a) “para” localizado entre os substantivos Buenos Aires e Paris é uma preposição indicativa de deslocamento – linha 2, podendo ser substituída sem prejuízo de significação pela preposição “a”
- b) Nicolas Petteau foi quem provou que o aviso era falso, pois age como sujeito de “ficou provado” – linha 3.
- c) “voe” está grafado erroneamente, porque com o novo acordo ortográfico, o acento circunflexo marcador dos grupos “ôo” e “êe” permanece inalterado.
- d) “ameaça falsa” e “falsa ameaça” têm a mesma significação textual, pois as duas indicam exatamente da mesma maneira a intensidade do crédito dado pela companhia aérea Air France à denúncia anônima.

26. Assinale a alternativa correta.

- a) “que uma agência em Buenos Aires” – linha 4 é uma oração subordinada adverbial locativa reduzida de pretérito imperfeito.
- b) o sujeito passivo do termo “foi vistoriado” – linha 5 é “Boeing 777” e o termo “pelo serviço de segurança” é agente da voz passiva.
- c) “que” – linha 6 é um pronome relativo e se refere a Boeing 777.
- d) Nicolas Petteau, porta-voz e serviço de segurança são a mesma pessoa dentro do contexto textual analisado.

27. Leia o texto abaixo:

Da sabedoria dos livros

1. Não penses em compreender a vida nos autores.
2. Nenhum disto é capaz.
3. Mas, à medida que vivendo fores,
4. Melhor o compreenderás.

Mário Quintana. *Anos de Poesia*. São Paulo, Globo, 1998.

Assinale a assertiva correta quanto ao texto de Mário Quintana.

- a) A idéia essencial encontrada nesses versos diz que é impossível encontrar a explicação do sentido da vida nos livros, porém a experiência pessoal não nos fará entender o que os autores dizem.
- b) A idéia essencial encontrada nesses versos diz que só é possível encontrar a explicação do sentido da vida nos livros, mas a experiência pessoal talvez nos fará entender melhor o que os autores dizem.
- c) A idéia essencial encontrada nesses versos diz que não é possível encontrar a explicação do sentido da vida nos livros, porém a experiência de

vida nos fará entender melhor o que os autores dizem.

d) A idéia essencial encontrada nesses versos diz que é possível encontrar a explicação do sentido da vida nos livros, e a experiência pessoal não nos fará entender o que os autores dizem.

28. Leia o artigo 12, da Constituição Estadual de Goiás, e faça o que se pede a seguir:

Art. 12 - Os Deputados Estaduais são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa, e a falta de deliberação ou o indeferimento da licença suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

Assinale a assertiva correta abaixo:

- a) Segundo as normas da redação oficial, o numeral 12 deveria ser escrito como ordinal seguido do sinal ° e não como cardinal.
- b) A palavra “por” insere o termo que, no primeiro período do artigo 12 da Constituição Estadual de Goiás, é definido como objeto indireto da palavra “invioláveis”.
- c) Segundo as normas da redação oficial, o que deveria vir após o cabeçalho do artigo seriam as alíneas, significadas pelo sinal §.
- d) No primeiro período do artigo 12, o termo “deputados” age como núcleo do sujeito simples e “invioláveis” age como predicativo do sujeito no predicado nominal existente na oração analisada.

29. Veja o texto abaixo, enviado por um leitor ao jornal O Estado de São Paulo, que o publicou na edição de 23.06.1991.

Sabor Diferente

No anúncio da margarina Delícia, diz-se que colocaram *quinhentas gramas* na embalagem. Com *tantas gramas*, o sabor deve ser bem diferente.

Assinale a alternativa incorreta a respeito desse texto.

- a) Considerando o gênero do substantivo grama (unidade de peso), explica-se a brincadeira do leitor com o anúncio da margarina pela ironia com a incorreção gramatical contida no anúncio, interpretando-se o mesmo literalmente.
- b) A intenção do criador da propaganda seria uma maneira de se adequar à linguagem do anúncio à linguagem cotidianamente empregada pelo possível comprador do produto.
- c) Segundo o leitor, o sabor diferente da margarina seria, na verdade, sabor de capim, já que nela há *muitas gramas*.
- d) Considerando que o gênero do substantivo grama (unidade de peso), explica-se a brincadeira do leitor com o anúncio da margarina pelo

disfemismo com a incorreção gramatical contida no anúncio, se não o interpretasse literalmente.

30. Veja esse texto de Manuel Bandeira:

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira. Estrela da vida inteira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

Assinale a alternativa incorreta quanto ao texto lido acima.

- a) Toda narrativa tem um narrador, ou seja, aquele que conta a história. Neste texto, o narrador é de 1ª pessoa e o fato narrado é algo que o impressionou.
- b) A narração associa a observação do mundo que rodeia a todos com a existência de cada um, como no texto, o fato narrado é um ser humano catando restos de comida.
- c) O narrador pode ser de dois tipos, 1ª ou 3ª pessoa. No texto acima, a impressão pessoal do narrador demonstra claramente uma visão em 3ª pessoa, pois é totalmente objetivo o seu olhar sobre a cena que vê: seu horror diante de um homem catando resto de comida para se alimentar.
- d) No desenvolvimento do texto não se sabe de que animal se trata, somente desaparecendo a dúvida no desfecho, quando o narrador revela ser um homem.

31. Quanto ao emprego dos sinais de pontuação nos documentos oficiais deve-se observar:

I – no uso da vírgula e do ponto-e-vírgula deve-se utilizar um espaço para registrar a próxima palavra.

II – no uso do sinal de interrogação e/ou exclamação deve-se utilizar um espaço entre a última palavra da frase e esses sinais, e também utilizar um espaço para registrar a próxima palavra.

III – no uso de colchetes, aspas e parênteses, deve-se registrar a palavra imediatamente após sua colocação, sem utilização de espaços entre esses sinais e as palavras seguintes.

Assinale a assertiva que contém a resposta correta.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são falsas.
- d) I e III são falsas.

32. Veja o excerto a seguir, retirado da Constituição Estadual de Goiás, e analise o que se pede a seguir:

Art. 80 - O Tribunal de Contas dos Municípios, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96 da Constituição da República, sendo-lhe assegurada autonomia administrativa.

- Art. 80 – com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 9-12-98, D.O de 18-12-98.

Assinale a assertiva correta.

- a) o pronome “lhe” refere-se a Tribunal de Contas dos Municípios.
- b) o termo “tem sede na capital” não deveria estar separado por vírgulas, pois se trata do sujeito do período em que se encontra.
- c) o pronome lhe refere-se à Constituição Federal da República, caracterizando catáfora.
- d) segundo as normas da redação oficial, o numeral cardinal 96 deveria ser escrito por extenso ao lado do algarismo, por se tratar de numeral abaixo de centena.

33. Como é chamado o recurso do Microsoft Word 2007 que permite alinhar o texto às margens esquerda e direita, adicionando espaços extras entre as palavras conforme o necessário?

- a) Alinhamento duplo.
- b) Ajustar.
- c) Justificar.
- d) Centralizar.

34. No momento da impressão de um texto no Microsoft Word, é possível definir um intervalo de páginas para impressão, quando não se quer imprimir todas as páginas. Quais páginas serão impressas se for informado o parâmetro 2, 4, 7-9 como intervalo de páginas?

- a) Imprime as páginas 2, 4, 7, 8 e 9.
- b) Imprime as páginas 2, 4, 7 e 9.
- c) Imprime as páginas 2, 3, 4, 7, 8 e 9.
- d) Imprime as páginas 2, 4 e 7.

35. Os recursos de correção ortográfica e gramatical do Microsoft Word sublinha em verde ou vermelho a parte do texto que necessita de correção ou para a qual é sugerida uma alteração no texto. O que deve ser feito para corrigir os problemas encontrados?

- a) Dar um duplo clique no texto em destaque e selecionar uma das alternativas apresentadas.
- b) Teclar “F5” para fazer a correção ou “F6” para ignorar a sugestão de alteração.
- c) Selecionar o texto em destaque e clicar na opção “Corrigir”.
- d) Clicar sobre o texto em destaque com o botão direito do “mouse” e selecionar uma das alternativas apresentadas.

36. Qual é o resultado da fórmula “=soma(A2:A4)” se for escrita em uma célula do Microsoft Excel?

- a) Apresenta a soma das células A2 e A4.
- b) Apresenta a soma das células A2, A3 e A4.
- c) Apresenta o valor 6 que é a soma de 2 e 4.
- d) Apresenta um erro de sintaxe.

37. Como é chamado o recurso do Microsoft Excel que permite associar diversas células em uma célula maior e centralizar o texto dentro da nova célula?

- a) Agrupar e justificar.
- b) Ajustar por bloco.
- c) Mesclar e centralizar.
- d) Não existe este recurso no Microsoft Excel.

38. Quais são os modos de exibição do conteúdo das pastas permitidos pelo Windows Explorer no Windows XP?

- a) Lado a lado, Ícones, Lista e Resumo.
- b) Ícones, Miniaturas, Centralizado, Lista e Detalhes.
- c) Miniaturas, Lado a lado, Ícones, Lista e Detalhes.
- d) Detalhes, Miniaturas, Lado a lado, Destaque e Lista.

39. Qual a tecla ou o conjunto de teclas que é usado ao clicar no “link” para abrir uma página da Web em uma nova janela, durante a navegação com o Microsoft Internet Explorer 7?

- a) Shift
- b) Ctrl
- c) Ctrl + Shift
- d) Atl + Tab

40. Qual é a finalidade do parâmetro “Cco” usado no envio de e-mail?

- a) Enviar um e-mail a todas as pessoas que constam na mensagem original.
- b) Envia uma cópia da mensagem ao destinatário, sem divulgar o endereço de e-mail dele aos demais destinatários.
- c) Gerar uma cópia de segurança (backup) da mensagem original.
- d) Indicar que apenas o remetente principal receberá a resposta da mensagem.

41. A Resolução Normativa 007/2008 prescreve que no caso de convênios com entidades sem fins lucrativos, para a formalização do respectivo processo, além da documentação obrigatória descrita no artigo 11, deverá ser observada ainda, como peça complementar, a seguinte documentação:

- a) o plano de aplicação dos recursos.
- b) o laudo de avaliação por Comissão da Prefeitura.
- c) a relação dos materiais e seus quantitativos existentes na entidade sem fins lucrativos.
- d) a relação das máquinas e locais, objeto dos serviços prestados pela entidade sem fins lucrativos.

42. A Constituição Federal ainda estabelece o seguinte sobre o Tribunal de Contas da União:

- a) Em auxílio ao Congresso Nacional, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- b) O Tribunal deverá encaminhar ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- c) As decisões do Tribunal podem importar em imputação de débito ou multa, mas não terão eficácia de título executivo.
- d) Compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, salvo multa por dano causado ao erário.

43. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, pode-se afirmar em relação ao Tribunal de Contas dos Municípios, exceto:

- a) Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas anuais do Prefeito.
- b) As Contas da Câmara Municipal integram, obrigatoriamente, as contas anuais do município.
- c) O Tribunal de Contas dos Municípios é órgão auxiliar da Assembleia Legislativa na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos municípios e das entidades de sua administração direta, indireta e fundacional.
- d) As contas anuais dos municípios ficarão no recinto da Câmara Municipal durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

44. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás:

- a) tem sede e jurisdição apenas na capital do Estado de Goiás, quadro próprio de pessoal e autonomia administrativa.
- b) tem asseguradas, no que couber, em relação às contas municipais, as mesmas atribuições e prerrogativas conferidas ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive obrigação de publicação de pareceres.
- c) é composto por Conselheiros, que devem atender, dentre outros, ao requisito de ter mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- d) é composto por sete conselheiros, sendo que quatro deles são escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo o primeiro de livre escolha e contemplando as duas outras escolhas, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, por este indicados em listas tríplices, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

45. Caso a comissão permanente a que a Câmara Municipal atribua competência fiscalizadora verificar indícios de despesas não autorizadas, deverá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de cinco dias úteis, preste os esclarecimentos necessários, sendo que, esgotado tal prazo e não prestados os esclarecimentos, a referida Comissão solicitará ao Tribunal de Contas dos Municípios pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de:

- a) 15 dias úteis.
- b) 30 dias úteis.
- c) 60 dias úteis.
- d) 90 dias úteis.

46. Assinale a alternativa correta relacionada à Lei 8.666/93, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos:

- a) Os agentes públicos podem incluir nos atos convocatórios das licitações cláusulas ou condições que estabeleçam preferências aos licitantes que tenham sede ou domicílio no local da realização da licitação.
- b) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade, ou então, de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- c) Em regra, o autor do projeto básico poderá participar da licitação.
- d) A licitação não será sigilosa, sendo que, a todo tempo, serão acessíveis ao público todos os atos de seu procedimento, inclusive o conteúdo das propostas.

47. A Lei 8.666/93 estabelece o seguinte sobre a alienação de bens na Administração Pública:

- a) A alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.
- b) A venda de bens móveis produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.
- c) A concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, quando o uso destina-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel, dependerá de licitação.
- d) É dispensada a licitação na alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, que se torne inaproveitável isoladamente, por preço nunca

inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

48. Ainda no que se refere à alienação de bens na Administração Pública, analise as assertivas abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Para alienação de bens imóveis derivados de dação em pagamento pode ser adotado o leilão.

II – Para a venda de bens móveis, avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), poderá ser adotado o leilão.

III – Para alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial é dispensada a avaliação.

- a) somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) todas as assertivas estão corretas.

49. Às licitações, em geral, aplicam-se as seguintes disposições, exceto:

a) Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

b) A documentação relativa à qualificação técnica e econômico-financeira descrita na Lei 8.666/93 não constitui um rol taxativo, portanto, os requisitos para comprovação de tais fins poderão ser ampliados tendo em vista a oportunidade e conveniência da Administração local.

c) Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

d) Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

50. Em relação aos contratos administrativos aponte a alternativa correta:

a) Para a prorrogação dos contratos, além do disposto na Lei 8.666/93 quanto aos prazos, deve haver justificação por escrito e autorização prévia da autoridade competente para celebrar o contrato.

b) Nos casos especificados na Lei 8.666/93 a Administração pode firmar contratos com prazo de vigência indeterminado.

c) O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor do contrato corrigido caracteriza alteração do mesmo e, por isso, deve ser sempre registrado por aditamento.

d) Mesmo havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial por simples apostila.

51. De acordo com as disposições contidas na Lei 15.958/2007 a única assertiva que não correspondente à competência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás é a seguinte:

- a) Julgar as contas de qualquer pessoa física, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais os municípios respondam.
- b) Realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo municipais e demais entidades instituídas e mantidas pelo erário municipal.
- c) Criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções de seu Quadro de Pessoal, bem como fixar a respectiva remuneração, por meio de ato normativo interno.
- d) Disponibilizar para a Justiça Eleitoral a relação dos que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão.

52. Especificamente em relação à prestação de contas dos Gestores Municipais definidos na Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, podemos afirmar que:

- a) o julgamento das contas dos gestores será pela aprovação, aprovação com ressalva e pela rejeição.
- b) o Tribunal poderá considerar irregulares as contas, no caso de descumprimento de determinação, que o responsável tenha sido comunicado em processo de tomada ou prestação de contas.
- c) são consideradas irregulares as contas de gestão quando evidenciarem impropriedades ou qualquer outra falta de natureza formal.
- d) são consideradas regulares as contas de gestão quando evidenciarem a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e que não represente injustificado dano ao Erário.

53. No que se refere à fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, é incorreto afirmar que:

- a) para fins de registro, compete ao Tribunal apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- b) para fins de registro, compete ao Tribunal apreciar a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- c) quando o ato de concessão de aposentadoria ou pensão for considerado ilegal, o órgão de origem fará cessar o pagamento dos proventos ou benefícios no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, sendo que, caso não

seja suspenso o pagamento, o Tribunal determinará a instauração ou a conversão do processo em tomada de contas especial.

- d) os pedidos de informação de auditorias e inspeções que lhes forem endereçados pelo Presidente da Câmara Municipal, quando por esta aprovados, serão apreciados, com prioridade, pelo Tribunal.

54. Analise as assertivas abaixo relacionadas à consulta e à denúncia ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, à luz do disposto na Lei Orgânica, e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – A resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, inclusive do caso concreto.

II – O Tribunal pode conhecer de consulta que verse exclusivamente sobre caso concreto.

III – A denúncia que preencha os requisitos de admissibilidade será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência.

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) todas as assertivas estão incorretas.
- c) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) apenas as assertivas I e II estão incorretas.

55. Sobre a organização do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, a Lei 15.958/2007 prescreve que:

- a) o Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá os mesmos direitos, vencimentos e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- b) o Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e o Ouvidor do Tribunal são eleitos pelos Conselheiros para o mandato correspondente ao período de um ano, sendo vedada sua reeleição para o período subsequente.
- c) tanto os Conselheiros titulares como os substitutos, ainda que em gozo de licença, férias, ou ausentes com causa justificada, poderão tomar parte nas eleições.
- d) na ausência ou impedimento do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo Auditor mais antigo em exercício no cargo.

56. Marque a alternativa correta relacionada ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, levando em conta as normas contidas na Lei Orgânica:

- a) O Ministério Público é composto de três Procuradores de Contas, nomeados pelo Tribunal, e tem como chefe o Procurador-Geral, que é nomeado pelo Governador do Estado.
- b) O Tribunal decidirá sobre a necessidade ou não de ouvir o Procurador de Contas nos processos de tomada ou prestação de contas, nos concernentes aos atos de admissão de pessoal, contratos, convênios e concessões de aposentadorias e pensões.
- c) O Ministério Público contará com apoio administrativo e de pessoal do Tribunal.

d) O Procurador-Geral terá mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.

57. De acordo com a Resolução 007/2008 a Lei Orçamentária Anual deverá ser autuada no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás em até 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação, e ainda:

a) quando da sua autuação, deverá ser incluída no mesmo processo a Lei de Diretrizes Orçamentárias respectiva.

b) deverá conter a cópia da ata de realização de audiência pública durante os processos de elaboração e de discussão do projeto do PPA (nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

c) deverá conter os anexos que evidenciam os programas, objetivos, ações (projetos, atividades, operações especiais) e metas (físicas e financeiras) estabelecidas.

d) o Tribunal deve dispensar que seja incluído em seu processo o Anexo de Riscos Fiscais (no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem).

58. No que se refere às contas de gestão da Administração Direta, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo (quando gestor) ou do gestor legalmente designado, em conjunto com os demais gestores, bem como, da Câmara Municipal, do FUNDEB, do Fundo Municipal de Saúde, do Regime Próprio de Previdência Social e dos demais órgãos, fundos e entidades da administração direta do Poder Executivo, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, aponte a alternativa que não corresponde às disposições da Resolução 007/2008:

a) Para as contas relativas aos meses de janeiro a novembro de cada exercício, o envio dar-se-á somente por meio da Internet, com o respectivo controle de recebimento, sendo que os "balancetes físicos" do período não deverão ser protocolados no Tribunal de Contas dos Municípios, salvo por solicitação deste.

b) Uma vez enviados os arquivos referentes a tais contas, em nenhum caso poderá haver re-envio de dados, por meio da internet, sendo que, no caso de situações técnicas fundamentadas os respectivos dados deverão ser protocolados fisicamente na sede do Tribunal de Contas dos Municípios.

c) Os "balancetes físicos" ficarão sob a guarda do sistema de controle interno e deverão estar à disposição do Tribunal de Contas dos Municípios, que poderá solicitá-los sempre que necessário.

d) As contas de gestão do mês de dezembro, após o envio por meio da Internet, deverão ser protocoladas fisicamente na sede do Tribunal de Contas dos Municípios, em até 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento do mês.

59. A Resolução 007/2008 estabelece que os seguintes documentos terão suas informações apresentadas por meio eletrônico e não mais serão autuados em processo apartado, exceto quando solicitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás:

a) os atos de fixação dos subsídios dos agentes políticos, bem como suas revisões.

b) as aposentadorias e pensões.

c) os editais de concursos públicos.

d) as folhas de pagamento dos órgãos do município.

60. Considerando a regulamentação conferida pela Resolução 007/2008 ao cadastramento e autuação no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás dos procedimentos licitatórios, contratos e outros instrumentos, em apartado do balancete, é correto afirmar que:

a) todos os contratos ou instrumentos substitutivos celebrados no decorrer do exercício financeiro, independentemente do valor e da modalidade, com exceção dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deverão ser obrigatoriamente cadastrados.

b) deverão ser obrigatoriamente autuados no Tribunal todos os termos de acordos e convênios, independente do valor.

c) nos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação, o Ato Declaratório desta substituirá o edital, a ata de abertura e julgamento, a adjudicação do resultado, e a homologação, para fins de instrução dos processos de contratação.

d) deverão ser obrigatoriamente autuadas no Tribunal todas as licitações na modalidade Pregão, qualquer que seja seu valor.

RASCUNHO